

A ‘NOVA CLASSE MÉDIA’ VAI AO PARAÍSO?

LUDMILA COSTHEK ABÍLIO

Doutora em ciências sociais – IFCH – UNICAMP

l.c.abilio@gmail.com

área 11 – Desenvolvimento e Sociologia

RESUMO

O período das duas gestões do governo Lula apresentou uma significativa mudança na composição da estratificação por renda da sociedade brasileira. A redução dos índices de pobreza possibilita hoje a referência a uma “nova classe média”, definida pelo engrossamento da chamada “Classe C”. Este artigo é uma formulação preliminar de pesquisa que visa juntar-se aos escassos estudos que relativizam esta definição de “nova classe média” (tais como SOUZA, 2010 e QUADROS, 2008a e 2008b). Propõe-se a investigação da mobilidade social brasileira, e, mais especificamente, da constituição desta “nova classe média” – tal como vem sendo apresentada – tendo-se como objetivos principais: pesquisar a mudança na estratificação por rendimentos na sua relação com a exploração do trabalho; investigar a consolidação de um discurso dominante sobre o atual desenvolvimento brasileiro tanto no *mainstream* acadêmico quanto nos discursos oficiais do governo, tendo-se como questão o desaparecimento do trabalho como elemento central na definição e reconhecimento das classes sociais. A discussão busca realizar-se em três frentes: revisão bibliográfica sobre a definição teórica de classe média; levantamento das publicações acadêmicas e de governo sobre a chamada “nova classe média” e suas contraposições; pesquisa empírica com os *motoboys* na cidade de São Paulo, os quais hoje compõem parte da categoria de trabalhadores “condutores de veículos sobre rodas, responsáveis pela distribuição de mercadorias”, a qual está entre as principais ocupações do estrato definido como “classe C” ou “nova classe média”.

Palavras chave: “Nova classe média”, neoliberalismo, acumulação capitalista.

1. INTRODUÇÃO

O período das duas gestões do governo Lula apresentou uma significativa mudança na composição da estratificação por renda da sociedade brasileira. A redução dos índices de pobreza possibilita hoje a referência a uma “nova classe média”, definida pelo engrossamento da chamada “Classe C”. Esta referência vem sendo utilizada tanto no meio acadêmico, quanto nas pesquisas de mercado, na mídia e nas políticas de governo (NERI 2008 e 2010; LAMOUNIER & SOUZA, 2010; EXAME, 2011; CARTA CAPITAL, 2011, BARROS et alli, 2011). Segundo dados da PNAD entre 2003 e 2009, o contingente de famílias que auferem rendimento entre R\$0 e R\$705 teve uma redução de 45,5%; as com rendimento entre R\$705 e R\$1126 uma redução de 11,63%. Enquanto que as famílias brasileiras que auferem rendimento entre R\$1126 e R\$4854 apresentaram uma evolução de 34,32% entre 2003 e 2009 (NERI, 2010), este segmento corresponde à classe C e atualmente à maioria da população brasileira (50,5%, NERI, 2010).

Este artigo é a primeira formulação para uma pesquisa que se junta aos escassos estudos que relativizam esta definição de “nova classe média” (tais como SOUZA, 2010 e QUADROS, 2008a e 2008b), visando discutir o atual desenvolvimento brasileiro por uma perspectiva orientada pela teoria marxiana das classes sociais assim como por seus desdobramentos teóricos. Propõe-se, portanto, a investigação da mobilidade social brasileira, e, mais especificamente, da constituição desta “nova classe média” – tal como vem sendo apresentada – tendo-se como objetivos principais: pesquisar a mudança na estratificação por rendimentos na sua relação com a exploração do trabalho; investigar a consolidação de um discurso dominante sobre o atual desenvolvimento brasileiro tanto no *mainstream* acadêmico quanto nos discursos oficiais do governo -- para além das pesquisas de mercado--, tendo-se como questão o desaparecimento do trabalho como elemento central na definição e reconhecimento das classes sociais.

2. AS “CLASSES ECONÔMICAS”

O aumento dos rendimentos, crescimento expressivo dos postos de trabalho formais, aumento do acesso ao crédito e índices em ascensão do mercado consumidor formam a combinação fundamental para o discurso sobre uma “nova classe média” constituída nos anos dos governos Lula (NERI, 2008 e 2010, BARROS et alli, 2011). Em termos do mercado consumidor, o crescimento da “classe C” se traduziu em um aumento extremamente significativo das taxas de consumo de determinados bens historicamente associados aos padrões de vida de classe média. A título de exemplo, o Brasil em 2010 tornou-se o terceiro mercado consumidor em computadores; também terceiro em produtos de higiene pessoal, beleza e cosméticos (para discussão sobre este crescimento e sua relação com a exploração do trabalho cf. ABÍLIO, 2011); quarto lugar no consumo de automóveis; o número de cartões de crédito e de débito teve um crescimento de 438,81% entre 2000 e 2010, enquanto que o tráfego aéreo doméstico apresentou crescimento de 73,04% no mesmo período (dados apresentados em NERI, 2010).

Os rendimentos associados ao potencial de consumo tornam-se então centrais para a definição de classes enquanto classes econômicas. Para as pesquisas de mercado, “*O Critério de*

Classificação Econômica Brasil enfatiza sua função de estimar o poder de compra das pessoas e famílias urbanas, abandonando a pretensão de classificar a população em termos de ‘classes sociais’. A divisão de mercado definida abaixo é de classes econômicas.” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE PESQUISA, 2009, <http://www.abep.org/novo/Content.aspx?SectionID=84>, acesso em 02.03.2011). Seguindo a mesma trilha, pesquisas que se tornam referências nacionais, como a de Neri (2008 e 2010), optam por também “abandonar” tal “pretensão”. Questão central que orienta a pesquisa.

Em diálogo com Neri, Quadros (2008a e b) coloca em xeque a constituição de uma “nova classe média”. São apresentados a seguir os índices segundo as classificações utilizadas por Neri (2010) e Quadros (2008). Dado que o primeiro utiliza-se do rendimento familiar e o segundo do rendimento per capita, não é possível realizar uma comparação imediata. Entretanto, de saída, é possível discutir algo bastante óbvio, mas recorrentemente naturalizado, qual seja, os elementos definidores do padrão de vida correspondente ao padrão de classe média estão em disputa, algo que pode ter consequências políticas acerca do discurso sobre o desenvolvimento brasileiro. Em segundo, mas não menos importante, ao optar pela denominação de “massa trabalhadora” assim como das subdivisões que caracterizariam a classe média, Quadros aponta para uma análise que permita ultrapassar o potencial de consumo ou o rendimento para se alcançar a relação entre mobilidade social e as constituições do mundo do trabalho. Esta perspectiva fica bem delimitada pelo autor ao desagregar a estratificação por rendimentos baseando-se na estrutura ocupacional brasileira. Abordagem que será posteriormente tratada.

TABELA I: Distribuição populacional por rendimentos e os diferentes critérios de classificação

Classificação NERI (2008)	1992	2007
Rendimento (FAMILIAR)		
AB (acima de R\$4591)	5,35	9,73
C (R\$1064-4591)	32,5	46,9
DE (R\$ 0 – 1064)	62,1	43,37
Classificação QUADROS (2008)		
Rendimento (INDIVIDUAL)		
Alta Classe média (acima de R\$2965)	3,4	5,3
Média Cm (R\$1482-2965)	6,9	9,1
Baixa Cm (R\$ 593 – 1482)	19,2	28,2
Massa trabalhadora (R\$296 – 593)	22,7	37,3
Miseráveis (0-296)	47,7	20,1

Fontes: NERI, 2010; QUADROS, 2008b; elaboração própria

Quadros atenta para o fato de que os dados que embasam a constatação da formação de uma “nova classe média” apóiam-se majoritariamente nas pesquisas da PNAD/IBGE. Entretanto, como ele salienta, tais pesquisas têm de ser compreendidas mais como “representação social” (QUADROS, 2008a e b) do que de fato a contabilização dos rendimentos, na medida em que expressam a declaração dos indivíduos sobre sua própria renda e não o seu rendimento real; o que não contradiz a constatação da atual mobilidade, mas a relativiza em alguma medida:

(...) em nosso entendimento, a própria natureza do inquérito domiciliar faz com que a renda declarada à PNAD esteja mais próxima de um levantamento de opinião sobre a situação dos indivíduos declarantes, do que de uma criteriosa apuração de rendimentos efetivamente recebidos. Assim sendo, a situação retratada pela PNAD nos anos recentes pode estar sendo influenciada pela melhor disposição “declaratória” dos entrevistados, diante de um quadro mais favorável em suas oportunidades. Da mesma forma, também podem estar sendo captados os efeitos benéficos da forte expansão das distintas modalidades de crédito pessoal” (QUADROS, 2008b : 22-23)

Para ele, a celebração do engrossamento desta classe deve-se à interpretação dos dados que se centram no potencial do consumo – que em realidade está fortemente associado à expansão do crédito, tornando obscuro que os rendimentos do trabalho não crescem na mesma proporção. Este autor parte de outros critérios para a definição da estratificação social, e ainda, mirando na perspectiva do trabalho, associa tal estratificação com a estrutura ocupacional brasileira. Em sua abordagem, o crescimento da classe C é então relativizado, para não dizer desmistificado, sendo essencialmente compreendido como o engrossamento do que denomina de “massa trabalhadora” assim como de “baixa classe média”. Em termos do mercado de trabalho, tal crescimento estaria então relacionado com o incremento de ocupações de baixa remuneração:

O comportamento relativamente mais expressivo da baixa classe média por certo reflete tanto as maiores taxas de crescimento do PIB desde 2004, como o fato de que este crescimento se realiza em condições macroeconômicas desfavoráveis às estruturas produtivas mais complexas, integradas e tecnologicamente avançadas. Com isso, e outras circunstâncias da mesma natureza, os empregos e oportunidades gerados concentram-se nas faixas de menor remuneração. Esta avaliação algo mais sóbria da situação e desempenho da baixa classe média destoa significativamente de uma visão eufórica que tem sido muito freqüente na mídia e em algumas pesquisas de mercado. Entre outras razões, entendemos que este descompasso deve-se ao fato de que (ao contrário da nossa metodologia) elas incorporam o forte e recente ciclo de expansão do consumo, uma vez que, em geral, dimensionam os estratos sociais com base no seu perfil de consumo de produtos e serviços. Acontece que este aquecimento do consumo em grande medida decorre do forte incremento das várias modalidades de crédito pessoal. Sendo relativamente consensual que a renda pessoal não tem crescido na mesma magnitude. (QUADROS, 2008b : 09).

Recente comunicado do IPEA confirma esta perspectiva, constando que na última década, “dos 2,1 milhões de vagas abertas anualmente, em média, 2 milhões encontram-se na faixa de até 1,5 salário mínimo mensal” (IPEA, 2011). Quadros utiliza-se da expressão *pororoca social*, ultrapassando uma dimensão estática esboçada pelos índices para alcançar as adversidades postas no mundo do trabalho que hoje permitem pensar a mobilidade social nos termos da “*disputa por um lugar ao sol*”, que se traduz na “*concorrência selvagem entre os segmentos envolvidos*” (Quadros,

2008b : 08). Ainda, para além das prováveis adversas condições de trabalho do indivíduo que recebe salário inferior a um 1,5 salário mínimo, vale ressaltar -- recuperando a classificação de Neri (2008 e 2010) -- que os rendimentos que definem a Classe C variam entre R\$1126 e R\$4854 como renda domiciliar. Assim, considerando-se hipoteticamente uma família de um casal ocupado com dois filhos, o fato de seu rendimento ser equivalente a dois salários mínimos já os possibilita serem classificados como classe média; ainda que, certamente, tal rendimento não garanta o acesso aos bens e serviços que definiriam um padrão de vida de classe média. Quadros (2008b) descortina os minguados horizontes da discussão, relacionando os rendimentos da classe C com a possibilidade de acesso a bens de consumo e serviços que, em realidade, não pode ser compreendida em termos de um modo de vida de classe média:

Em poucas palavras, nas condições brasileiras, um autêntico padrão de classe média pressupõe o acesso, com recursos próprios, a educação de qualidade; cursos de idiomas; viagens internacionais; convênios médicos abrangentes; moradias diferenciadas; alguma das diversas modalidades de segurança pessoal; serviços pessoais especializados, tais como, psicólogos, dentistas, oculistas, fisioterapeutas, nutricionistas e etc. Reforçando que, em geral, tudo isso deve ser alcançado sem depender das redes públicas de serviços sociais bastante sucateadas. O que, convenhamos, está muito distante das condições da sofrida “classe C”, que no máximo pode ser classificada como remediada ao se diferenciar da massa de pobres e miseráveis. (QUADROS, 2008b : 16).

3. AS CLASSES SOCIAIS

Souza traz efetivamente o trabalho de volta para o centro do debate, ao transpor a denominação de “nova classe média” para a de “nova classe trabalhadora”, a qual também será por ele tratada nos termos de “nova classe batalhadora” (SOUZA, 2010). Baseando-se em pesquisa empírica com operadores de telemarketing, feirantes, entre outros profissionais que têm sua remuneração na faixa que hoje define a “Classe C”, o autor coloca em questão as transformações do mundo do trabalho, apontando para os deslocamentos da classe trabalhadora para o setor de serviços, a flexibilização do trabalho e os atuais desafios políticos frente ao difícil reconhecimento de classe e de suas organizações coletivas. Dentre este obscurecimento do pertencimento de classe coloca-se a questão do empreendedorismo, quando parte significativa da celebrada “nova classe média” assume precariamente a condição de “por conta própria”, todavia mantendo o estilo de vida que, segundo o autor, não difere *“do próprio trabalhador que emprega (...) Além de uma nova classe trabalhadora definida pelo batalhador/trabalhador, parece existir também uma ‘pequena burguesia de novo tipo’ representada pelo batalhador/empreendedor. Os limites, entre essas duas rações de classe, em muitos casos são muito fluidos, tornando muito difícil a definição exata de seu pertencimento de classe”* (SOUZA, 2010 : 56).

Seguindo esta perspectiva, portanto, a presente pesquisa colocará em questão estilos de vida, e, mais centralmente, as relações de trabalho como elemento central para a compreensão e problematização da mobilidade social brasileira, tal qual vem se apresentando na última década.

Em uma perspectiva marxista, mais do que as relações de trabalho, coloca-se a própria exploração do trabalho como questão. Para tanto, será necessário reconstituir o debate sobre a relação entre capital e trabalho na constituição das classes sociais.

4. A “NOVA CLASSE MÉDIA” VESTE AZUL?

A definição de classe média engendrou importantes debates nos meados do século XX, muitos dos quais opunham ou filiavam-se à teoria marxiana sobre as classes sociais e a luta de classes. Apresenta-se brevíssima recuperação de um longo debate – a qual será aprofundada ao longo da pesquisa – objetivando delinear o problema ao mesmo tempo evidente e complexo que hoje permeia os estudos da atual mobilidade social brasileira. A discussão em torno da classe média pautou-se fundamentalmente por duas perspectivas: a da constituição de novas categorias profissionais do setor de serviços, as quais, dados sua qualificação, rendimentos, modos de vida diferenciados, não poderiam ser reconhecidas – nem se reconheceriam – como parte da classe trabalhadora, o que colocava em xeque a teoria marxiana sobre as classes sociais e sobre a própria luta de classes; ou, por outro lado, a perspectiva da proletarização dos “trabalhadores de escritório” (BRAVERMAN, 1987), a qual apontava para o deslocamento da classe trabalhadora para o setor de serviços, que, no entanto, não se traduzia em uma mudança essencial na subsunção do trabalho ao capital, tal qual definida pela teoria marxiana (MARX, 1978). A distinção entre os “colarinhos brancos” e os “colarinhos azuis”, sendo ela criticada ou não, orientou fundamentalmente o reconhecimento e delimitação da classe média. A definição de uma “nova classe média” brasileira, entretanto, traz uma nova perspectiva, que em realidade anula o trabalho como elemento central desta definição. Ao tratar de uma ascensão social que é compreendida majoritariamente em termos de acesso ao consumo e rendimentos coloca-se implicitamente a possibilidade da classe trabalhadora – em condições claramente proletarizadas -- estar se tornando classe média. Por esta perspectiva, já não seria o mundo do trabalho a referência central que define suas reais condições e estilos de vida.

Faz-se rápida recuperação deste debate, visando apontar para a centralidade do trabalho na definição da classe mesmo em perspectivas que se opuseram à teoria marxiana. O lugar político dos chamados “colarinhos brancos” (MILLS, 1969), ou “trabalhadores de escritórios” (BRAVERMAN, 1987) abria um leque de questões que problematizavam a constituição da classe trabalhadora e suas potencialidades e possibilidades políticas. O crescimento do setor de serviços e do funcionalismo público ao longo do último século incitava e ainda incita a teorização sobre os trabalhadores não operários na sua relação com capital. Mills (1969) ao diferenciar os trabalhadores de “colarinho branco” dos de “colarinho azul” evidenciava, em uma perspectiva weberiana, o status e prestígio como elementos diferenciadores dos trabalhadores de escritório em relação aos trabalhadores operários, o que colocava em jogo as possibilidades do reconhecimento de classe enquanto classe trabalhadora. No início dos anos 70, Braverman posicionou-se criticamente em relação às definições que apontavam para uma sociedade pós industrial; esmiuçando a taylorização do setor de serviços, o autor analisava o deslocamento da classe trabalhadora para este setor à luz da permanência da subsunção do trabalho ao capital em moldes semelhantes à do trabalho operário. Estudos recentes atualizam esta discussão em face das transformações em ato no mundo do trabalho. No Brasil, publicação recente de Braga e Antunes, *Infoproletários* (2009), evidencia as relações de trabalho que tornam plenamente coerente a referência a uma classe trabalhadora do setor de serviços hoje subordinada às combinações contemporâneas entre alto desenvolvimento tecnológico, rígido controle e gerenciamento do trabalhador e exploração do trabalho. As pesquisas empíricas apresentadas em tal livro poderiam certamente ser conectadas à definição de classe trabalhadora -- e não “nova classe média”--, cunhada por Souza (2010). Bernardo, ao analisar as novas formas de organização do trabalho e o espraiamento em nível global das cadeias produtivas

aponta para o que denomina de uma *reindustrialização* da classe trabalhadora, estando em jogo “*uma expansão sem precedentes da classe trabalhadora, que entretanto se reestruturou internamente*” (Bernardo, 2004 : 105).

Como sintetizou Haddad (1997), o debate sobre a classe média em diálogo com a teoria marxiana envolve as noções de trabalho produtivo e improdutivo; questão que se torna ainda mais complexa em relação ao setor de serviços, dada as dificuldades em reconhecer e delimitar o processo produtivo em torno de bens intangíveis, somada à escassa abordagem da teoria marxiana em relação a este setor (questão aprofundada em ABÍLIO, 2011). Para Haddad, junta-se a estas questões a constituição do que ele denomina da *classe inovadora*, a qual inclui intelectuais e cientistas, envolvida na produção do conhecimento, que, em sua perspectiva não é assalariada, mas rentista de sua própria produção. Tal classe diferiria, portanto, da classe trabalhadora dada sua forma diversa de subsunção ao capital. Este autor, ao refazer o complexo debate acerca das classes sociais, reconhece a proletarização e subsunção formal dos profissionais envolvidos com serviços pessoais no Brasil (hoje valeria a mesma pergunta em relação aos que compõem a *classe inovadora*, ou seja, sobre as formas contemporâneas da subsunção do trabalho dos agentes inovadores).

Em suma, o reconhecimento da classe enquanto classe trabalhadora está em permanente disputa teórica, assim como o papel político da classe média; dadas as inovações tecnológicas, mundialização das cadeias produtivas e novas organizações do trabalho, tal reconhecimento torna-se ainda mais problemático.

Ao desaparecer o trabalho como questão, desfaz-se a própria possibilidade de delimitar elementos que possibilitem reconhecer a “classe C” enquanto classe social. Neri (2010), como autor exemplar desta nova definição da classe média, ao mesmo tempo em que afirma que a classe C é “aufere a renda média brasileira, ou seja, é classe média no sentido estatístico” (NERI, 2010 : 24), também afirma que esta classe poderia “definir a eleição”, dado que ultrapassou os 50,5% (NERI, 2010 : 14). Afirmações incongruentes na medida em que não estão claros os critérios que possibilitariam pensar em um reconhecimento desta classe enquanto classe, mesmo que distantes de uma abordagem marxista.

Dado que a presente pesquisa se apóia em uma perspectiva marxista, tal ascensão dos “pobres” à “classe média” é vista, portanto, de forma problemática e fracamente embasada. Ao mesmo tempo, entretanto, a crítica a afirmação de que esteja se constituindo uma nova classe média brasileira demanda o reconhecimento das mudanças significativas na distribuição dos rendimentos da população brasileira e de suas conseqüências políticas.

5. HISTORICIZANDO O PROBLEMA: O DESAPARECIMENTO DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO COMO QUESTÃO

A crítica a definição da “nova classe média” será relacionada a um esvaziamento de horizontes políticos no que concerne ao reconhecimento e à problematização da exploração do trabalho assim como aos deslocamentos da noção de desenvolvimento. A pesquisa tem como pano de fundo as transformações nas relações de trabalho à luz das políticas neoliberais.

Nas últimas décadas uma combinação de diversos fatores desdobra-se em uma nova triangulação entre capital, Estado e trabalho – nova ou, talvez, a novidade resida muito mais no breve período do *compromisso fordista* (Bihr, 1998). A combinação entre dominância da valorização financeira (Chesnais, 2005), inovações tecnológicas, novas organizações do trabalho, transnacionalização das cadeias produtivas e novas (des)regulações do mercado forma o imbróglgio que hoje toma uma forma reconhecível na definição de neoliberalismo.

A financeirização está profundamente conectada aos deslocamentos da relação capital-Estado-trabalho. François Chesnais refere-se ao “*caráter insaciável*” das finanças, ou seja, “*a propensão do capital portador de juros para demandar da economia ‘mais do que ela pode dar’.*” (Chesnais, 2005 : 61) Aborda-se então o que Chesnais denominou um regime de *dominância da valorização financeira*, quando as finanças pautam o desenvolvimento econômico, o que também significa que se tornam determinantes do desenvolvimento (ou desmantelamento) social. “*É uma das forças motrizes da desregulamentação do trabalho, assim como das privatizações. Mas ela tende, também, a modelar a sociedade contemporânea no conjunto de suas determinações.*” (idem) Este é um caminho importante para a compreensão de como a questão social, e da exploração do trabalho, desaparece perante os imperativos econômicos. “*No quadro da mundialização capitalista contemporânea, da qual a finança é uma das forças motrizes mais fortes, a autonomia que parece caracterizar o movimento de acumulação do capital (ou, se assim se preferir, a predominância que a economia parece ter sobre todas as outras esferas da vida social) se acentua de forma qualitativa.*” (idem)

Duménil e Lévy (2005) abordam o neoliberalismo por uma perspectiva fundamental. Analisam o *compromisso fordista* (Bihr, 1998) em termos não só do pacto entre capital e trabalho mediado pelo papel regulatório do Estado, mas também do papel estatal na repressão à autonomização financeira:

“(…) o neoliberalismo destruiu o que geralmente se conhece como o *compromisso keynesiano*. Tratava-se de um amplo compromisso com as classes assalariadas; nele, a finança estava reprimida (em diferentes graus segundo os países) e sua renda, ameaçada (ameaça que se materializa sobretudo durante a crise dos anos 70), mas permanecia sempre viva e ativa.” (Duménil & Lévy, 2005 : 88) [grifo meu]

A *propriedade social* (Castel, 1998) também se torna ativo financeiro. Então é incorporada ao “*capitalismo de cassino*”, como definiu Harvey (1992 : 300). A entrada dos fundos de pensão no jogo financeiro torna ainda mais complexo o reconhecimento da relação e do conflito entre capital e trabalho. Nos termos da sociedade salarial, o trabalho financiava a seguridade social na forma de contribuição previdenciária (Castel, idem); hoje, essa contribuição também financia indiretamente o próprio mercado financeiro (Chesnais, 2005). Uma relação complexa e de difícil mapeamento, que entretanto evidencia o imbróglgio da relação contemporânea entre capital e trabalho.

Paulani faz uma importante inversão com relação à definição de Chesnais. Ao tratar da *dominância financeira da valorização* (Paulani, 2004), a autora clarifica a relação intrínseca entre esfera produtiva – ou seja, a esfera da valorização real – e o movimento do capital financeiro (tal conexão parte da definição do *capital portador de juros* – Marx, 1988, Livro III; recupera-se esta análise detalhadamente em Abílio, 2011). A precarização do trabalho é então compreendida na sua estreita relação com as demandas de uma valorização fictícia, que, no entanto, está conectada à valorização real e exerce pressões sobre o mundo do trabalho.

Se, onde se consolidou historicamente como central, a questão social se desloca frente aos imperativos econômicos (e à concentração de renda que vem com eles), nos países do Terceiro Mundo o que se vê são décadas de agravamento dos diversos elementos que constituem a desigualdade social. Os golpes militares alastram-se pela América Latina nos anos 1960 e 1970¹; no caso brasileiro, as décadas de 1960 e 1970 sob a ditadura militar apresentariam altos índices de crescimento econômico e também da dívida externa – endividamento que posteriormente se tornou instrumento determinante na implementação das políticas neoliberais. O “Volcker shock” (termo utilizado por Harvey, 2008), ou “golpe de 1979” (Chesnais, 2005) efetivou o aumento da taxa de juros americana como instrumento de contenção da inflação; além de ter consequências sociais para o próprio país, elevou a dívida externa dos países devedores.

Nos anos 1980, o Banco Mundial e o FMI assumiriam novos papéis como agentes centrais do atrelamento entre negociação da dívida dos países do Terceiro Mundo e os chamados Programas de Ajuste Estrutural. Tais “ajustes” se referiam principalmente às desregulamentações do mercado financeiro e de trabalho, abertura para o investimento estrangeiro, privatizações; embutidos estavam também os cortes sociais: a privatização de serviços públicos combinada com a redução real dos salários e do emprego (Davis, 2006a e b, Pochmann, 2010).

Em *Planeta Favela*, livro e artigo (2006b e a), Davis traça o cenário da desigualdade social das últimas décadas. No final dos anos 90 estavam evidentes as consequências das políticas neoliberais no desenvolvimento social dos países do Terceiro Mundo. De acordo com pesquisa da OIT, entre 1980 e 1986 a pobreza urbana na América Latina cresceu 50%; no Brasil, a renda média da população economicamente ativa teve uma redução de 21% até o final dos anos 90 (Davis, 2006b : 160). Pochmann assinala o crescimento em 20% da população que vive em favelas no Brasil entre 1980 e 1994 (Pochmann, 2001). Por esta perspectiva, o suposto ineditismo que embasa a referência a uma “nova classe média” pode ser relativizado por abordagens como a de Quadros (2008a e b) que evidenciam que a configuração da estratificação brasileira hoje volta a se assemelhar a do início dos anos 80.

As reconfigurações da triangulação capital-Estado-trabalho são menos evidentes no contexto brasileiro do que em países em que o Estado do Bem estar se consolidou. Pela perspectiva do trabalho, trata-se das dificuldades em falar da *precarização do trabalho* quando a constituição do mercado de trabalho brasileiro se dá e permanece – variações para cima ou para baixo – com 50% dos trabalhadores na informalidade. Entretanto, é possível verificar a precarização também no contexto brasileiro, que aqui será abordada menos em termos de eliminação de direitos e garantias do trabalho e mais de intensificação do trabalho (perspectiva bem analisada por Dal Rosso, 2008) e de extensão do tempo de trabalho. Esse enfoque possibilita abordar o crescimento do trabalho formal e a redução da taxa de desemprego no governo Lula pelo ângulo das reestruturações em curso no mercado de trabalho, para além da distinção entre trabalhos formal e informal, buscando averiguar aprofundamentos da exploração do trabalho também com relação ao trabalho formal.

6. A DELIMITAÇÃO DE UM CAMPO EMPÍRICO

¹ Harvey (2008) pensa na ditadura chilena como o período do “experimento neoliberal”. Reversão de nacionalizações, privatização de bens públicos, privatização da seguridade social e abertura para o investimento estrangeiro direto são elementos centrais da ditadura Pinochet.

Quadros relaciona os rendimentos dos estratos por rendimento com a estrutura ocupacional brasileira, de forma que é possível visualizar as ocupações predominantes da baixa, média e alta classe média (recuperando a classificação apresentada na tabela 1). Analisando estes dados, tanto em relação à média classe média quanto em relação à baixa classe média, sobressai o trabalho dos “condutores de veículos sobre rodas responsáveis pela distribuição de mercadorias”:

TABELA II: Distribuição dos condutores por estratificação social

Grupos ocupacionais	Numero de ocupados (mil)	%	Renda média (R\$)
Média classe média			
Trabalhadores autônomos	689	9,1	1952
Condutores autônomos (maior categoria de trabalhadores)	109	15	2011
Trabalhadores assalariados	788	10	1936
Condutores assalariados (maior categoria de trabalhadores)	100	12,7	1911
Baixa classe média			
Trabalhadores autônomos	2889	12,0	877
Condutores autônomos (sétima maior categoria)	131	4,5	977
Trabalhadores assalariados	6923	28,7	849
Condutores assalariados (maior categoria)	593	8,6	891

Fonte: QUADROS, 2008a; elaboração própria.

Dentre a categoria de “condutores de veículos sobre rodas”, responsáveis pela “distribuição de mercadorias”, a presente investigação propõe pesquisa empírica com os chamados *motoboys* na cidade de São Paulo.

Os motoboys e o trabalho arriscado

Em 1997, o presidente Cardoso vetou a lei que proibia a circulação de motocicletas entre as faixas de trânsito; como afirma ex-diretor da CET, o veto explicitava claramente a opção pela velocidade em detrimento da segurança dos motociclistas (filme *Motoboys, vida loka*). Essa alteração na lei se desdobraria em uma nova especificidade da ocupação dos motoboys: a garantia da circulação de objetos, valores monetários e documentos pela cidade no tempo demandado está associada aos altos riscos de trabalho.

Hoje na cidade de São Paulo os motoboys exercem uma profissão de alto risco e baixa remuneração. Têm uma remuneração média de R\$800 e costumam trabalhar mais de oito horas por dia (Moraes, 2008). Em um mercado extremamente concorrido, a manutenção de sua renda e ocupação depende da eficiência em entregar encomendas no tempo demandado (Diniz, 2005), o que se traduz em lutar contra o tempo e o espaço no tráfego paulistano. A profissão é responsável por

altos índices tanto de estresse emocional como de injúrias físicas associadas a acidentes de trabalho (Veronesi *et al.*, 2006). Em 2009, mais de 400 pessoas morreram em acidentes envolvendo motocicletas em São Paulo (CET, CET - www.cetsp.com.br – acesso em 04.05.2011); uma pesquisa estima que os motoboys estejam dez vezes mais expostos a acidentes do que outros motociclistas (Moraes, 2008).

Há poucos dados oficialmente disponíveis sobre os motoboys. O sindicato dos motociclistas da cidade de São Paulo estima que sejam mais de 200 mil (SINDIMOTO). Em 2008, estimava-se que o número de profissionais tenha crescido 366% em 10 anos (<http://noticias.terra.com.br/brasil/transito/noticias/0,,OI2260005-EI998,00-SP+numero+de+motoboys+cresce+em+anos.html>, acesso em 04.05.2011).

Em 2009, o presidente Lula sancionou lei que regulamenta a profissão dos motoboys e exige que tenham mais de 21 anos, dois anos de habilitação e façam um curso educacional do trânsito. O perfil dos trabalhadores é predominantemente masculino. Suas condições de trabalho ainda não estão bem estudadas. A baixa remuneração pode implicar em jornada dupla de trabalho. Um aspecto central da pesquisa é que a identidade do trabalhador motoboy parece bem estabelecida, assim como uma certa solidariedade da categoria, que se torna visível nos conflitos cotidianos no tráfego paulistano.

O trabalho e a cidade como espaço da valorização real e financeira

Em *A crítica à razão dualista* (originalmente publicada em 1972, reeditada em 2003) ao abordar a ligação entre informalidade e acumulação, Francisco de Oliveira tratava também da configuração do urbano. Dessa forma, as atividades aparentemente marginais e desintegradas da modernização da cidade tinham de ser pensadas como elementos centrais da constituição das desigualdades sociais e da acumulação, o que significa que não só não estavam apartadas do crescimento e desenvolvimento da cidade como davam forma e substância às relações de exploração que nela se estabeleciam.

Assim como nos anos 1970, hoje é possível teorizar sobre a relação entre a permanência – e o engendramento – da exploração do trabalho e a modernização do espaço urbano. Os motoboys serão investigados como uma categoria que tem configurações extremamente contemporâneas, de um trabalho que se realiza na combinação atual entre trabalho arriscado e o ritmo acelerado das demandas da acumulação que têm lugar no urbano. O trabalho dos motoboys parece materializar, em pleno tráfego de São Paulo, as demandas da acumulação que se realizam pelas ausências de direitos e garantias do trabalho e pelos crescentes riscos enfrentados pelo trabalhador.

Ao comporem parte da maior categoria de trabalhadores que hoje correspondem a baixa e média classe média (QUADROS, 2008a), tais profissionais possibilitam uma investigação aprofundada sobre a relação entre exploração do trabalho e a formação da chamada “nova classe média”. De forma que o estudo sobre tais profissionais possibilita um caminho para o deslocamento da discussão das classes econômicas para as classes sociais.

A pesquisa ainda a ser realizada tem um ponto de partida já bem definido: tal categoria de profissionais que hoje se enquadra na definição da “nova classe média” -- tal como vem sendo utilizada pelas políticas de governo e no *mainstream* acadêmico -- está claramente associada a um modo de vida e às difíceis e precárias condições de trabalho que estão distantes do que se poderia reconhecer como o viver de uma classe média. Tal distância tem de ser problematizada e

reconhecida pela perspectiva da exploração do trabalho, de seus aprofundamentos, reconfigurações e permanências.

Buscou-se, portanto, recolocar a questão da exploração do trabalho como elemento central para o difícil reconhecimento das classes, e mais do que isso, para um questionamento sobre quais projetos políticos hoje embasam a noção de desenvolvimento. Quando o trabalho desaparece como questão, os horizontes políticos que pautam o desenvolvimento também se tornam obscuros.

I. BIBLIOGRAFIA

- ABÍLIO, Ludmila C. *O make up do trabalho: uma empresa e um milhão de revendedoras de cosméticos*. Tese de doutorado. IFCH/UNICAMP, Campinas, 2011.
- ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. *Infoproletários*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BARROS, Ricardo Paes de et alli. *A nova classe média brasileira: desafios que representa para a formulação de políticas públicas*. Brasília : Secretaria de Assuntos Estratégicos, 2011.
- BERNARDO, João. *Democracia totalitária: Teoria e prática da empresa soberana*. São Paulo : Cortez, 2004.
- BIHR, Alain. (1991). *Da grande noite à alternativa*. São Paulo : Boitempo, 1998.
- BRAVERMAN, Harry. (1974). *Trabalho e capital monopolista: A degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- CARTA CAPITAL. O poder emergente. Ano XVI. Edição n.651, 22.06.2011
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Petrópolis : Vozes, 1998.
- CHESNAIS, François. O capital portador de juros: Acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: ____ (org.). *A finança mundializada*. São Paulo : Boitempo, p.35-68, 2005.
- DAL ROSSO, Sadi. *Mais trabalho!. A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo : Boitempo, 2008.
- DAVIS, Mike. Planeta de favelas: a involução urbana e o proletariado informal. In: SADER, Emir (org.). *Contragolpes. Seleção de artigos da New Left Review*. São Paulo : Boitempo, p.191-218, 2006a.
- DAVIS, Mike. *Planeta favela*. São Paulo : Boitempo, 2006b.
- DINIZ, E. et alli. Accident prevention: recognition of motorcycle couriers work strategies as the basis for collective bargaining. *Ciência e saúde coletiva*, vol 10, n. 04, Rio de Janeiro, Out/Dez, 2005.

- DUMÉNIL, Gérard; Lévy, Dominique. O neoliberalismo sob a hegemonia norte-americana. In: CHESNAIS, François (org.). *A finança mundializada*. São Paulo : Boitempo, p. 85-108, 2005.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo : Loyola, 1992.
- HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo : Loyola, 2008.
- HADDAD, Fernando. Trabalho e classes sociais. *Tempo social* 9(2): 97-123, 1997.
- EXAME. Classes A e B: o mercado que mais cresce. Ano 45. Edição n. 995, 29.06.2011
- IPEA. PNAD 2009: Primeiras Análises: O Mercado de Trabalho Brasileiro em 2009. Comunicados IPEA, Nº 62, Brasília, setembro, 2010.
- IPEA. Natureza e dinâmica das mudanças recentes na renda e na estrutura ocupacional brasileiras. Comunicados IPEA, n.104, Brasília, Agosto, 2011
- LAMOUNIER, Bolivar & SOUZA, Amaury. *A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade*. São Paulo : Campus, 2010
- MARX, Karl. (1894) *O capital: crítica da economia política*. Livro III: O processo global de produção capitalista. São Paulo : Nova cultural, 1988.
- MARX, Karl. (1933) *O capital, Livro I, Capítulo VI (inédito)*. Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.
- MILLS, Wright C. *A Nova Classe Média*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1969.
- MORAES, T. Fatores de risco de acidentes na atividade dos motoboys: limites das análises quantitativas. *Interfacehs*. V. 03, n 04, artigo 03. Ago/Dec, 2008
- NERI, Marcelo. **A nova classe média**, mimeo. Rio de Janeiro : FGV, 2008 (disponível em WWW.fgv.br/cps/classe_media)
- NERI, Marcelo. A nova classe média: o lado brilhante dos pobres, mimeo. Rio de Janeiro: FGV, 2010 (disponível em WWW.fgv.br/cps/classe_media)
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco*. São Paulo : Boitempo, 2003.
- QUADROS, Waldir. A evolução da estrutura social brasileira. Notas metodológicas. Texto para discussão, IE/UNICAMP, n.147, novembro de 2008a.
- QUADROS, Waldir. A evolução recente da estrutura social brasileira. Texto para discussão, IE/UNICAMP, n.148, novembro de 2008b.
- PAULANI, Leda. Quando o medo vence a esperança. Um balanço da política econômica do governo Lula. *Crítica Marxista* 19: 11-26, 2004.

POCHMANN, Márcio. *A metrópole do trabalho*. São Paulo : Brasiliense, 2001.

SOUZA, Jessé. 2010. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte : UFMG, 2010.

VERONESE, A. & OLIVEIRA, D. Traffic accidents from the motorcycle couriers' perspective. *Cad. Saúde pública*, Rio de Janeiro. 22 (12) : 2717-2721. Dezembro, 2006.

Filme: *Motoboy: vida loka*. Dir. Caio Ortiz. Brasil, 2003.